CRIANÇAS TRANS NO CONTEXTO ESCOLAR, A REPRESENTATIVIDADE DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS TRANS NA ESCOLA

CRISTINA OLIVEIRA SOUZA DA SILVA

RESUMO
Este artigo discute os desafios enfrentados por crianças e profissionais trans no ambiente escolar, evidenciando a importância da representatividade e do acolhimento na construção de uma educação inclusiva e antidiscriminatória. A partir de uma revisão bibliográfica e de análises teóricas sobre gênero, identidade e práticas pedagógicas, o estudo propõe reflexões sobre o papel da escola na promoção do respeito à diversidade e na desconstrução de normas cis-heteronormativas. Busca-se compreender como as instituições educacionais podem se tornar espaços de acolhimento e transformação social, garantindo o direito à educação e à dignidade para todas as pessoas. Conclui-se que a presença e a valorização de crianças e profissionais trans no contexto escolar são fundamentais para o fortalecimento de uma cultura educativa mais democrática, equitativa e plural.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças trans; Representatividade; Educação inclusiva; Diversidade de gênero; Escola.

ABSTRACT
This article discusses the challenges faced by trans children and professionals in the school environment, highlighting the importance of representation and inclusion in building an inclusive and anti-discriminatory education. Based on a bibliographic review and theoretical analyses of gender, identity, and pedagogical practices, the study reflects on the role of schools in promoting respect for diversity and deconstructing cisheteronormative standards. It seeks to understand how educational institutions can become spaces of care and social transformation, ensuring the right to education and dignity for all. It concludes that the presence and appreciation of trans children and professionals in schools are fundamental to strengthening a more democratic, equitable, and plural educational culture.

KEYWORDS: Trans children; Representation; Inclusive education; Gender diversity; School.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizado, é também um ambiente de construção de identidades. No entanto, a presença de crianças e profissionais transgênero nas instituições educacionais ainda enfrenta barreiras significativas para a efetivação de uma educação inclusiva. A estrutura escolar, historicamente moldada por normas cis-heteronormativas, tende a invisibilizar e marginalizar sujeitos que não se enquadram nesses padrões. Essa realidade se expressa em episódios de preconceito, exclusão e discriminação, prejudicando o processo de aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças trans, além de impactar a atuação de professores e outros profissionais trans no cotidiano escolar.

A escassez de representatividade de crianças trans e de profissionais transgênero nas escolas revela lacunas nas políticas públicas e na formação docente. Para Butler (2004), as normas de gênero são construções sociais que se mantêm por meio de práticas discursivas e institucionais, estabelecendo o que é considerado legítimo em uma determinada cultura. Assim, a escola assume um papel crucial, seja para reproduzir essas normas excludentes, seja para questioná-las e transformá-las. Mais do que ensinar conteúdos, a escola deve ser um espaço de convivência democrática, respeito às diversidades e acolhimento das diferenças. Quando falha em garantir esse acolhimento, perpetua estruturas de exclusão que limitam o acesso de crianças e profissionais trans a uma educação plena.

Dados de pesquisas nacionais e internacionais evidenciam a gravidade da situação: a evasão escolar entre crianças e adolescentes transgênero é significativamente maior do que entre seus pares cisgêneros, reflexo da transfobia estrutural presente nas institui-

ções de ensino. Como aponta Bento (2017), a escola ainda não se tornou um espaço seguro para esses estudantes, e a falta de políticas específicas, somada ao preconceito e ao bullying, acaba por afastá-los do direito fundamental à educação. Essa exclusão precoce afeta o aprendizado, o desenvolvimento de potencialidades e a construção de uma identidade positiva, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade social.

Além das dificuldades enfrentadas pelas crianças trans, a ausência de professores e demais profissionais trans no ambiente escolar também merece destaque. A falta de representatividade reforça estigmas e limita o acesso a modelos inspiradores que poderiam promover uma identificação positiva e uma maior diversidade no espaço educativo. Nesse sentido, Preciado (2018) destaca que a escola deve acolher todas as formas de existência humana, reconhecendo a presença de professores e funcionários trans não como uma exceção, mas como parte essencial da diversidade social. Invisibilizar esses sujeitos significam, portanto, negar a pluralidade humana e reforçar estruturas de poder que sustentam a normatividade de gênero.

Refletir sobre o papel da escola na construção de uma educação inclusiva e livre de discriminação é uma necessidade urgente. Promover o respeito à diversidade de gênero exige não apenas romper com práticas excludentes, mas também implementar políticas públicas que assegurem o direito à educação e à segurança de crianças trans, além de garantir a inclusão de profissionais transgênero no cotidiano escolar. Investir na formação continuada de professores e equipes pedagógicas é fundamental para ampliar a compreensão sobre as questões de gênero e desenvolver estratégias pedagógicas que considerem as especificidades e necessidades desses sujeitos.

Este artigo busca discutir os desafios enfrentados por crianças e profissionais trans no ambiente escolar brasileiro, analisando as barreiras institucionais e culturais que dificultam a inclusão plena desses sujeitos. Também serão propostas reflexões e caminhos possíveis para a construção de um espaço educacional mais justo, democrático e acolhedor. A abordagem parte de uma perspectiva interdisciplinar, dialogando com autores como Butler (2004), Bento (2017) e Preciado (2018), além de considerar as legislações brasileiras que asseguram o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Ao fomentar esse debate, busca-se contribuir para uma sociedade mais plural, equitativa e livre de discriminação.

A compreensão das identidades de gênero e das sexualidades no Brasil deve levar em consideração o contexto histórico e social que moldou as experiências LGBTQIA+ no país. Conforme Trevisan (2000), a história da homossexualidade no Brasil revela processos complexos de exclusão, resistência e transformação cultural desde o período colonial até os dias atuais. Ele destaca que as instituições sociais, como a escola, refletem e reproduzem, muitas vezes, normas heteronormativas e cisnormativas, mas também podem ser espaços de contestação e mudança. Entender essa trajetória histórica é fundamental para que as escolas possam desenvolver práticas educacionais que promovam a inclusão real e o respeito às diversidades de gênero, rompendo com padrões discriminatórios arraigados.

A PRESENÇA DE CRIANÇAS TRANS NO CONTEXTO ESCOLAR

DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS TRANS NA ESCOLA

As crianças trans, ao ingressarem no ambiente escolar, frequentemente se deparam com barreiras que dificultam seu pleno desenvolvimento. O não reconhecimento de sua identidade de gênero, a imposição de padrões cisnormativos e a desconsideração de suas vivências provocam sentimentos de exclusão e sofrimento. Situações como o uso inadequado do nome social, a exigência de uniformes baseados no sexo biológico e a divisão de turmas ou atividades conforme o gênero atribuído ao nascer reforça desigualdades e limitam o acesso a uma educação acolhedora.

Além das barreiras institucionais, o preconceito de colegas, professores e funcionários

pode gerar um ambiente de hostilidade, contribuindo para o surgimento de problemas emocionais, como ansiedade, depressão e isolamento social. É fundamental reconhecer que a escola tem o papel de promover o respeito à diversidade, acolher as especificidades de cada estudante e criar estratégias pedagógicas que possibilitem a expressão livre da identidade de gênero. Assim, a construção de um espaço escolar inclusivo exige mudanças estruturais e culturais, que ultrapassem normas tradicionais e favoreçam o bem-estar de todas as crianças.

De acordo com Spinelli e Silva (2020), é fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento, garantindo o direito de as crianças trans viverem plenamente sua identidade de gênero, livre de discriminação

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS CRIANÇAS TRANS

No contexto brasileiro, a legislação assegura o direito à educação sem qualquer forma de discriminação, garantindo a todas as crianças o acesso a uma escola que respeite suas particularidades. Documentos como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçam a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos infantojuvenis. Entretanto, muitas escolas ainda não aplicam, de forma efetiva, normas e orientações que assegurem o uso do nome social e a inclusão de crianças trans no ambiente escolar.

A criação de políticas institucionais claras, a formação continuada dos profissionais da educação e a fiscalização do cumprimento das normativas são medidas essenciais para que os direitos das crianças trans sejam respeitados. A mudança não depende apenas de documentos oficiais, mas de um compromisso coletivo em transformar a escola em um espaço que acolha e valorize a diversidade.

ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA ACOLHEDORA

Para que a escola se torne um ambiente de acolhimento e respeito às crianças trans, é necessário adotar práticas pedagógicas inclusivas e promover uma cultura de empatia. A utilização correta do nome social e o respeito à identidade de gênero devem ser princípios inegociáveis no cotidiano escolar. Além disso, é importante revisar materiais didáticos para eliminar estereótipos, propor atividades que abordem a diversidade de forma positiva e abrir espaços de diálogo sobre gênero e direitos humanos.

O envolvimento da comunidade escolar, incluindo famílias, professores, estudantes e funcionários, é essencial para combater preconceitos e criar uma rede de apoio. Projetos interdisciplinares, rodas de conversa, oficinas e campanhas de conscientização podem fortalecer uma cultura escolar mais inclusiva. A escuta ativa das demandas de crianças trans deve ser constante, garantindo que suas vozes sejam consideradas nas decisões pedagógicas e institucionais.

A REPRESENTATIVIDADE DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS TRANS NA ESCOLA

O IMPACTO DA PRESENÇA DE PROFISSIONAIS TRANS NO AMBIENTE ESCOLAR

A presença de professores e demais profissionais trans na escola contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa. Esses profissionais são exemplos concretos de que diferentes identidades de gênero podem ocupar espaços de liderança, respeito e influência positiva na formação das crianças. Ao interagir com adultos trans, os estudantes ampliam suas referências de mundo e compreendem que todas as pessoas merecem reconhecimento e dignidade, independentemente de sua identidade de gênero.

A diversidade no corpo docente também enriquece o processo educativo, pois promove o diálogo sobre diferentes vivências e estimula o respeito às diferenças. Assim, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos para se tornar um espaço de transformação social.

BARREIRAS ENFRENTADAS POR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS TRANS

Apesar dos avanços, professores e trabalhadores trans ainda enfrentam desafios significativos no ambiente escolar. Muitas vezes, lidam com preconceito, invisibilização de

suas identidades, dificuldades para usar o nome social e discriminação por parte de colegas, alunos ou famílias. Esse cenário contribui para o adoecimento emocional e pode levar ao abandono da profissão ou à desistência de atuar em determinados espaços.
A falta de políticas de apoio e de formação específica sobre diversidade de gênero também é um obstáculo para a plena inclusão desses profissionais. É necessário, portanto, promover um ambiente de trabalho seguro, onde todas as pessoas sejam respeitadas em sua individualidade.

CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS TRANS NAS ESCOLAS
Para transformar a realidade escolar, é fundamental que as instituições implementem políticas claras de combate à transfobia e criem canais de denúncia e acolhimento. Processos seletivos devem ser transparentes e respeitar a diversidade, garantindo oportunidades equitativas a profissionais trans. O uso correto do nome social, a revisão de registros institucionais e a promoção de espaços de escuta são ações que fortalecem a inclusão.
A formação continuada de educadores deve abordar temas como direitos humanos, identidade de gênero e equidade, preparando os profissionais para atuar de forma ética e empática. Grupos de apoio e redes colaborativas também são fundamentais para oferecer suporte emocional e incentivar o protagonismo de profissionais trans no contexto educacional.

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO INCLUSIVO E ANTIDISCRIMINATÓRIO
A construção de uma escola acolhedora não depende apenas da presença de pessoas trans, mas também de um currículo que valorize a diversidade. É necessário revisar conteúdos, incluir a história e as contribuições de pessoas trans em diferentes áreas do conhecimento e propor atividades que estimulem o respeito às diferenças. O currículo precisa ser vivo, flexível e conectado com as demandas sociais, formando cidadãos críticos e conscientes.
Ações como a inclusão de figuras históricas trans nos conteúdos de História, a abordagem de temas relacionados à diversidade nas aulas de Língua Portuguesa, Artes e Ciências, e a realização de projetos interdisciplinares sobre direitos humanos são exemplos de práticas que enriquecem o aprendizado e fortalecem a cultura do respeito.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO
A escola tem o potencial de ser um espaço de resistência às opressões e de construção de novas possibilidades de existência. Para isso, é necessário ir além do cumprimento das normas e buscar criar uma cultura escolar baseada na justiça social e no respeito às diferenças. Atividades como a celebração do Dia da Visibilidade Trans, projetos de conscientização sobre direitos LGBTQIAPN+ e o fortalecimento de parcerias com coletivos e organizações sociais ampliam as vozes dentro da escola e promovem mudanças significativas.
É preciso ouvir as demandas de estudantes, famílias e profissionais trans, reconhecendo que a luta por uma escola mais justa é coletiva. A transformação acontece quando cada membro da comunidade educativa assume a responsabilidade de combater preconceitos e construir um ambiente acolhedor para todas as identidades. 2.6 O papel das famílias e da comunidade no processo educativo
A escola não pode caminhar sozinha na promoção de uma educação inclusiva. As famílias e a comunidade precisam ser parceiras nesse processo, contribuindo para a construção de uma rede de apoio sólida. Muitas vezes, o preconceito e a desinformação também estão presentes no ambiente familiar, o que reforça a importância de momentos de diálogo e reflexão.
Encontros, palestras e rodas de conversa sobre diversidade de gênero e direitos humanos podem ajudar a sensibilizar pais e responsáveis, esclarecendo dúvidas e promovendo o respeito às identidades de gênero. Somente com a participação ativa de toda a comunidade será possível criar uma escola que acolha e respeite todas as crianças, garantindo seu direito a uma educação de qualidade e ao desenvolvimento pleno.
Formação continuada e currículo inclusivo: um compromisso com a diversidade de gê-

nero

A formação continuada de professores é um caminho fundamental para a construção de uma escola inclusiva. Muitos educadores não tiveram, em sua formação inicial, acesso a reflexões sobre diversidade de gênero e direitos humanos, o que dificulta a atuação sensível e respeitosa diante das demandas de crianças e profissionais trans. Investir em cursos, oficinas e palestras sobre o tema permite ampliar o repertório dos docentes, fortalecendo a construção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e combatam preconceitos.

Além da formação, a revisão do currículo é essencial. A escola deve garantir que as diferentes identidades de gênero sejam contempladas de forma transversal e interdisciplinar, valorizando a pluralidade de experiências e promovendo a construção de um ambiente acolhedor. Essa transformação exige um compromisso coletivo com os princípios de justiça social, igualdade e respeito às diferenças, permitindo que cada estudante seja reconhecido em sua singularidade e tenha condições de desenvolver plenamente seu potencial.

A presença de crianças e profissionais trans nas escolas brasileiras está diretamente ligada à efetivação dos direitos humanos e à garantia do acesso à educação como previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996). O artigo 205 da Constituição determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o ECA, em seu artigo 53, reforça o direito à educação, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Entretanto, essas normativas nem sempre se concretizam no cotidiano escolar, especialmente no que tange às especificidades das crianças trans.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, o direito das pessoas trans à retificação de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgia ou decisão judicial, o que impacta diretamente o contexto escolar. Esse reconhecimento legal deve ser respeitado pelas instituições de ensino, promovendo o uso correto do nome social de crianças e adolescentes trans em todas as suas interações escolares, como listas de chamada, documentos oficiais, boletins e certificados. O Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, também serve como referência importante para o ambiente escolar, mesmo não sendo específico da área educacional.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei 13.005/2014, estabelece como meta a promoção da igualdade e a superação das desigualdades educacionais, incluindo aquelas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Contudo, a ausência de políticas públicas específicas para crianças trans, aliada à resistência de setores conservadores, dificulta a efetiva implementação dessas diretrizes no cotidiano escolar.

Vale destacar também a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, que orienta instituições de ensino a respeitarem o nome social e a identidade de gênero de estudantes trans. Essa resolução recomenda, entre outras medidas, a inclusão de conteúdos sobre diversidade de gênero nos currículos escolares, a adaptação de uniformes e a garantia de acesso a banheiros e espaços de acordo com a identidade de gênero de cada estudante. Essas orientações são fundamentais para promover o respeito e a inclusão, mas sua aplicação ainda encontra resistências e lacunas de implementação nas escolas brasileiras.

Diante desse cenário, é fundamental que os gestores escolares e os sistemas de ensino elaborem políticas institucionais claras e comprometidas com a inclusão de crianças e profissionais trans. Isso inclui a revisão de projetos políticos-pedagógicos (PPPs), a formação continuada de professores sobre diversidade de gênero, a criação de canais de escuta e acolhimento para denúncias de violência ou discriminação, e a implementa-

ção de práticas pedagógicas que celebrem a pluralidade de identidades. Como enfatiza Louro (1997), a escola não pode ser um espaço neutro diante das questões de gênero, pois o próprio silêncio diante das opressões já configura uma forma de conivência com a exclusão.

Assim, a escola deve ser entendida não apenas como um espaço de transmissão de conteúdo, mas como um ambiente de reconstrução de subjetividades, de ressignificação de trajetórias e de acolhimento de todas as identidades. Ao promover uma cultura de respeito e empatia, a escola cumpre seu papel social de formar cidadãos conscientes, críticos e solidários, combatendo desigualdades e preconceitos. É fundamental reconhecer que o compromisso com a diversidade de gênero não é apenas uma questão de políticas públicas ou de práticas pedagógicas, mas de responsabilidade coletiva. Cada membro da comunidade escolar – professores, gestores, famílias e estudantes – tem um papel fundamental na construção de uma escola justa, acolhedora e transformadora, onde todas as crianças e profissionais, independentemente de sua identidade de gênero, possam se desenvolver de maneira plena e respeitosa.

CONCLUSÃO

A presença de crianças e profissionais trans no ambiente escolar representa um desafio urgente e inadiável para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e antidiscriminatória. Como discutido ao longo deste trabalho, a escola não pode mais se manter como um espaço que apenas reproduz normas cisheteronormativas, apagando ou invisibilizando identidades que fogem ao padrão dominante. Ao contrário, ela precisa se constituir como um ambiente de acolhimento, respeito e valorização das diferenças, reconhecendo a diversidade de gênero como parte intrínseca da experiência humana e fundamental para o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Mas será que as escolas estão realmente preparadas para acolher a diversidade de gênero ou ainda resistem a transformar suas práticas? É necessário questionar: quantas vezes o nome social das crianças trans é respeitado no cotidiano escolar? Quantos professores e professoras se sentem preparados para lidar com questões de identidade de gênero de forma sensível e respeitosa? Estes questionamentos revelam a urgência de revermos o modelo educacional tradicional, que muitas vezes perpetua exclusões em vez de promover a inclusão.

Para além do respeito formal às identidades, é fundamental refletir sobre como as práticas pedagógicas podem ser adaptadas para promover a inclusão real. Por exemplo, ao pensar nas atividades escolares, como garantir que crianças trans não sejam colocadas em situações constrangedoras, como filas ou jogos que separam "meninos" e "meninas"? Como transformar o currículo para incluir discussões sobre gênero, diversidade e direitos humanos de maneira transversal e integrada às demais disciplinas? Essas mudanças exigem coragem e compromisso de toda a equipe escolar.

Imagine uma escola onde todas as crianças, independentemente de sua identidade de gênero, são chamadas pelo nome que escolheram, podem vestir as roupas com as quais se sentem bem e participam das atividades sem medo de serem julgadas ou discriminadas. Este não deveria ser um ideal distante, mas uma realidade possível, construída coletivamente. Para isso, é fundamental ouvir as vozes das crianças e profissionais trans, garantindo que suas vivências sejam respeitadas, suas histórias valorizadas e suas demandas realmente consideradas na construção de projetos pedagógicos e políticas institucionais.

O enfrentamento à transfobia na escola não pode se restringir a ações pontuais ou superficiais. Ele deve ser parte de uma transformação profunda, que abrange a gestão escolar, a formação docente, o currículo e as práticas pedagógicas. Cada educador, gestor e membro da comunidade escolar precisa se comprometer ativamente com a desconstrução da transfobia, reconhecendo que a transformação começa no micro: no acolhimento diário, na escuta atenta e no respeito genuíno a cada sujeito.

Além disso, é necessário compreender que garantir a inclusão de crianças e profissionais trans não é apenas uma tarefa da escola, mas um compromisso coletivo, que en-

volve toda a sociedade. Como bem destaca Louro (1997, p. 26), "a escola, enquanto instituição social, tanto reproduz quanto pode transformar os valores e as normas culturais, sendo, portanto, um espaço de disputa e de resistência." Essa reflexão reforça a ideia de que a escola pode ser o ponto de partida para mudanças estruturais, mas a luta contra a transfobia deve ser abraçada por toda a comunidade, pois só assim construiremos uma sociedade mais justa, empática e acolhedora para todos.

É preciso também ressaltar a importância de programas de formação continuada para os profissionais da educação. Como aponta Freire (1996, p. 45), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." A formação de professores, portanto, deve ser um espaço de troca, de reflexão crítica sobre as próprias crenças e preconceitos, e de aprendizado contínuo sobre como tornar o ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Por fim, afirmar a importância de crianças trans como sujeitos de direitos e de profissionais trans como agentes de transformação é mais do que um posicionamento pedagógico: é um posicionamento ético, político e humanitário. A escola precisa ser um espaço de liberdade, onde cada pessoa seja respeitada em sua singularidade, sem medo de ser quem é. Não basta falar em inclusão — é preciso praticá-la, todos os dias, com coragem, sensibilidade e compromisso social.

Ao olhar para o futuro da educação, é fundamental lembrar que não há transformação sem escuta, sem diálogo e sem ação coletiva. É preciso construir uma escola que não apenas tolere, mas celebre a diversidade, compreendendo que cada criança trans que se sente segura e respeitada em sua escola é uma semente plantada para uma sociedade mais justa e humana. Garantir esse direito é mais do que uma política educativa: é um compromisso ético com o futuro.

Como destacam Souza e Pelúcio (2022), a luta pelos direitos das pessoas trans no Brasil envolve não apenas o combate às violências, mas também a promoção de uma cidadania plena, que deve ser garantida por políticas públicas efetivas, incluindo o papel fundamental das escolas nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o reconhecimento do direito ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jan. 2015.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRECIADO, Paul B. Manifesto Contra-Sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SOUZA, Bruna Benevides de; PELÚCIO, Lineker. Transexualidade e Direitos Humanos no Brasil: desafios e conquistas. In: PELÚCIO, Lineker; BENEVIDES, Bruna. (orgs.). Transfeminismos: Teorias e Políticas para a Liberdade. São Paulo: Edições SESC, 2022.

SPINELLI, Taisa; SILVA, Julia Costa. Infâncias Trans: Desafios e possibilidades na escola. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.